

1. Refletindo essa fronteira tríplice

Iniciamos nossa reflexão, citando MÉLO, (1997:68-69), quando este coloca que:

As fronteiras apresentam-se no imaginário social como um limite. Há nessa visão uma perspectiva de orientação geopolítica, que pensa a fronteira como um limite burocrático-administrativo (...). As fronteiras são mais do que isso. (...) são também elementos simbólicos carregados de ambigüidades, pois, ao mesmo tempo em que impedem, permitem ultrapassar.

Em Roraima, as fronteiras caracterizam-se como um eixo de integração na e além da floresta amazônica, onde as pequenas cidades, vilas e povoados, podem ser definidos como os centros operacionais desses novos arranjos e que, segundo FARRET (1997:109), “(...) cumpriu (...) o papel de ponto de apoio às “estratégias de sobrevivência das áreas de fronteira (...)”.

Distante dos grandes centros produtores mundiais e nacionais, a natureza se destaca pela exuberante floresta e pelo cerrado, pelos caudalosos rios, pelos grupos étnicos que a habita. Nessa área, predominam aspectos naturais, sem deixar de estar inserido no mundo global. Esse espaço da fronteira internacional é marcado por funções do meio natural, típicos da área, mas que também se integram através do meio técnico e do meio técnico-científico informacional.

Para MAZZEI (1999:03), “[e]ssa integração entre os países amazônicos tem se manifestado sobretudo na interligação física, nas parcerias econômicas e tecnológicas, e nas políticas de exploração conjunta de recursos.”

A globalização que, conforme OLIVEIRA (1998:31), “(...) está relacionada à internacionalização dos lugares, das coisas, das idéias e dos indivíduos (...)”, é vivenciada nesse espaço de fronteira. Pequenos espaços urbanos (a exemplo de Uiramutã, Bonfim, Normandia, Pacaraima, Amajari, no lado brasileiro; Santa Elena do Uairen, San Francisco de Uirani, na Venezuela; e Lethen, na Guiana) estruturam-se como o urbano na fronteira, entrelaçado com a floresta, com o “lavrado”, com os diferentes grupos étnicos, com diferentes povos de origens variadas, provenientes da Índia, África, Europa, assim como de todo o Brasil, pois o processo migratório para o estado de Roraima se intensificou nas duas últimas décadas do século XX.

A fronteira nessa área tem um papel delimitador, que burocraticamente divide o cidadão habitante dessa vasta região. Mas a fronteira demarcada não impede o deslocamento do povo, que se movimenta entre os territórios delimitados, ultrapassando rios, montanhas, se desviando dos marcos, que não se tornam impedimentos. As “barreiras” impõem regras, estipulam tempo, definem o consumo, porém dificilmente impedem os acessos. A flutuação das moedas em função do dólar varia e isso estabelece o poder de compra, sinalizando quando e onde é melhor comprar: Brasil, Venezuela ou Guiana. A economia local, portanto, se relaciona com a global, pois a cotação do dólar é importante na fronteira tríplice; ela define os mercados, tornando a fronteira também globalizada.

---

<sup>1</sup>Professor do Departamento de Geografia da Universidade Federal de Roraima - UFRR

A fronteira tríplice se configura na atualidade como uma zona de relações internacionais entre três países, que compartilham o suporte desprezioso instalado e praticam um comércio formal e informal.

A fronteira, de acordo com COSTA (1992:52), analisando a geografia política clássica a partir de Camille Vallaux,

(...) devem ser concebidas muito mais como *zonas* que como linhas formais. A *zona-fronteira* constituiria assim, antes de tudo, uma área que se destina simultaneamente às *interpenetrações* e às *separações* entre os Estados, assumindo desse modo, respectivamente, um conteúdo econômico (o incessante movimento de mercadorias e bens em geral que circulam amplamente) e político (os territórios sob jurisdição de cada Estado). Pela sua natureza complexa, as fronteiras constituiriam antes de tudo uma “zona viva”, sejam elas naturais (quando se identificam com um dos elementos físicos), ou artificiais (linhas formais).

Essa interpretação reforça a realidade da fronteira entre o Brasil, a Venezuela e a Guiana, constituintes da Amazônia Legal Internacional e que, nessa zona viva de fronteira, na América do Sul, compartilham da realidade local.

## 2. A delimitação da fronteira

Analisando a política demarcatória, a intenção de formalização de qualquer fronteira obedece a fases seqüenciais, tais como: negociação, delimitação, formalização de um tratado, demarcação, densificação e, finalmente, a inspeção permanente (FREITAS, 1998:155).

Ao longo de séculos de ocupação européia, na América do Sul, vários esforços diplomáticos foram realizados para estabelecer suas bases territoriais. O Tratado de Tordesilhas, de 17 de junho de 1494, o Tratado de Madri, de 1750 e o Tratado de Santo Idelfonso, de 1777, iniciaram a formação territorial do Brasil e do continente.<sup>2</sup> Merecem destaque: em 1807, a viagem de Alexander Von Humboldt; o Tratado de Caracas em 1859; o Tratado do Rio de Janeiro em 1928; os Protocolos de 1905, 1912 e 1928; o Tratado de Londres de 1901; o Tratado de Roma de 1904; a Convenção Especial e Complementar de 1926 e os Acordos de 1930 e 1932, que conseguiram estabelecer a atual fronteira.

O imenso território, colonizado por portugueses e espanhóis obteve, ao longo do tempo, diferentes formas de penetração e ocupação. Havia, segundo COSTA (2001:27), “(...) permanente indefinição quanto aos limites entre os dois grandes domínios (...)”.

Considerando o Tratado de Tordesilhas, o espaço da atual Amazônia Legal, de acordo com a linha divisória, era quase todo espanhol antes do processo de interiorização que resultou no atual território brasileiro.

O domínio português na região foi formalizado a partir de diferentes fatos históricos, entre eles a fundação do Forte do Presépio em 1616, que originou a cidade de Belém, a criação do estado do Maranhão e Grão-Pará em 1621 e a nova conquista do rio Amazonas por Pedro Teixeira em 1634. Como Portugal estava sob domínio espanhol, com a sucessão das famílias reais entre 1580 e 1640, essa conquista se consolidou a partir da União Ibérica.

---

<sup>2</sup> Prefácio de José Sarney ao livro *Fronteira Brasil/Venezuela, encontros e desencontros*, de autoria de FREITAS (1998).

Com relação específica as terras do rio Branco, atual estado de Roraima, vários embates entre os colonizadores ocorreram para apossarem dessas plagas, tendo Portugal conseguido formalizar sua posse na área. Presume-se que a estratégia de Portugal dominar esse espaço está relacionada ao rio Branco que, sendo afluente do rio Negro e tendo sua foz localizando-se próxima da antiga capital da Capitania de São José do Rio Negro – Barcelos –, facilitava o deslocamento de Norte a Sul de possíveis invasores que, a partir da atual Guiana e Venezuela, navegando pelos rios Uraricoera ou Tacutu e desaguando no Branco, poderiam ocupar a região ou invadir a citada capital da capitania.

Dessa maneira, a partir da capital de São José do Rio Negro, atual Amazonas, foram enviados engenheiros para estudar e mapear o rio Branco que começou a receber a introdução de gado na região de cerrado, já que haviam relatos da entrada de estrangeiros na área.

Devido a problemas entre os padres carmelitas e os holandeses em 1750, que adentravam a região pelo rio Branco a partir das Guianas, percebeu-se a necessidade de fortificar a área, o que desencadeou a construção do Forte de São Joaquim em 1775, marco administrativo e militar português na área.

Esse forte simbolizava uma forma de fronteira implantada para a proteção de Barcelos, capital da província de São José do Rio Negro, o que possivelmente explique a ocupação desse espaço pelos portugueses, que configura o atual estado de Roraima.

Atualmente, conforme FREITAS (1998:92), esse forte

(...) tem apenas valor histórico, já que, sob o ponto de vista da defesa das fronteiras, a tecnologia transformou Boa Vista, localizada a 32 km de distância do antigo Forte São Joaquim, em uma cidade capaz de promover a defesa do estado de Roraima por terra e pelo ar.

Formalizado o domínio português na área, o estabelecimento dos primeiros limites entre Portugal e Espanha, posteriormente reconhecidos através do Tratado de Limites e Navegação de 1859, se deu com a viagem de Alexander Von Humboldt, em 1807, para a América do Sul.

Esse tratado era definido por um divisor de águas entre duas bacias hidrográficas, a do rio Orinoco e a do rio Amazonas, o que desencadeou longas discussões. Partiu-se para a identificação das nascentes dos rios e a construção de marcos de fronteiras que, ao se definir a direção das águas, assim se determinariam quais terras pertenciam ao Brasil ou à Venezuela. Só que esse trabalho foi dificultado pelo difícil acesso à floresta e pelas fortes chuvas que assolam essas áreas na maior parte do ano. No presente, os marcos são intervisíveis em uns poucos trechos, principalmente entre as cidades de Pacaraima, no lado brasileiro, e Santa Elena de Uairen, no lado venezuelano.

Na segunda metade do século XIX, várias comissões foram criadas para demarcar a linha de fronteira.

Em 1912, após o Brasil tornar-se República, foi assinado um novo Protocolo de Limites entre o Brasil e a Venezuela que se estendeu durante três décadas.

Nova fase demarcatória ocorreu de 1965 a 1970, em que os trabalhos até 1968 atingiram a extensão de 1.356Km sobre os quais foram assentados 231 marcos, estabelecendo uma fronteira a partir de Leste para Oeste, do marco tri-nacional Brasil-Venezuela-Guiana até o marco internacional das coordenadas geográficas de 3°40'29" Norte e 62°44'30" Oeste.

Na fase mais recente, os trabalhos de densificação estão em andamento, sendo que, até 1993, tinham sido erguidos 1770 marcos. É possível que, no adensamento entre as

cordilheiras de Pacaraima e do Parima, possa haver alguma mudança na linha de fronteira entre os dois países, onde os dois podem perder ou ganhar algum espaço de sua superfície, mas, acredita-se, isso não pode comprometer as boas relações entre os dois países.

Com relação à República Cooperativista da Guiana, em meados do século XIX, o Governo Imperial do Brasil protestou contra a indevida penetração inglesa na região do Pirara – ao Norte e Oeste dos rios Cotingo e Tacutu.

Em 1901 foi assinado em Londres o Tratado de Arbitramento, no qual o Brasil e Inglaterra submetem o litígio ao arbitramento do rei da Itália. O laudo proferido em Roma, em junho de 1904, determinou que a fronteira entre o Brasil e a Guiana Britânica seguisse por uma linha que, partindo do Monte Yakontipu, iria na direção leste, pelo divisor das águas, até a nascente do rio Maú. Depois de proferido o laudo, o reconhecimento sobre a fronteira constatou que o rio Cotingo não nasce no Monte Yakontipu, porém no Monte Roraima, mais a Oeste, como havia sido constatado pela Comissão Brasileira de Limites com a Venezuela em 1884, ficando indefinida a delimitação da fronteira entre o Monte Yakontipu e o Monte Roraima.

Essa situação somente foi resolvida em 22 de abril de 1926, por ocasião da assinatura de uma Convenção Complementar e de um Tratado Geral de Limites.

Em 18 de março de 1930, foi aprovado o Protocolo de Instruções para demarcação dessa fronteira. No dia 30 de abril de 1930, foi constituída a Comissão Mista Demarcadora de Limites Brasil-Guiana que iria levantar e demarcar a fronteira entre os dois países, obedecendo ao acordo e convenção assinados em Londres no ano de 1926. Essa fronteira permaneceu em litígio de 1841 a 1904, e o acordo de Londres prejudicou o Brasil, que perdeu uma área de 19.630Km<sup>2</sup>, na região das nascentes dos rios Maú e Tacutu.

Em 1932 foi também acertado por Troca de Notas Reversais, um acordo para a delimitação de áreas ribeirinhas na fronteira entre os dois países, onde se estabeleceu com clareza critérios para a adjudicação de ilhas e o acompanhamento das alterações do leito ou talvegue de rios fronteirços. Em seguida, foi dado o início da construção de marcos. Em janeiro de 1939, esse trabalho foi concluído, quando foi assinada a Ata da Décima Primeira e última conferência da Comissão Mista, aprovando a descrição da fronteira com seus respectivos apêndices, mapas e coordenadas de marcos.

Em 1966 ocorreu a independência da antiga Guiana Inglesa e o surgimento da República Cooperativista da Guiana e em 1994 o assunto da fronteira comum foi abordado, por ocasião da realização da primeira conferência da nova Comissão Mista Brasileiro-Guianense de limites, que acordou a realização de uma inspeção geral dos marcos.

### 3. Condições atuais

Considerando a localização de Roraima nessa fronteira internacional, destacamos que na atualidade, essas áreas de fronteira emergem como espaços que merecem análise pormenorizada, em face do processo de integração. Os tradicionais conceitos de fronteira, enquanto recortes de nacionalidade, corte ou divisão, perde sua razão de ser. O mundo, em que vivemos, se apresenta cada vez menor, envolvido por meios de comunicação modernos e por um mercado mundial cada vez mais ativo. A idéia de viver num mundo sem fronteira nos parece bem próximo.

Nesse contexto, emerge a urbanização da fronteira e o papel da cidade aí localizada é importante, pois, se constitui como ponto de apoio essencial dos mecanismos de estruturação da fronteira, mas também como base de sustentação da circulação, que constitui resultado e condição de sua rápida ocupação e estruturação.

O urbano na fronteira constitui pólo de investimento e desempenha papel de destaque quanto à articulação resultante das relações sociais do tipo capitalista. Os núcleos urbanos desempenham, portanto, função importante na ordenação e incorporação dessas margens ao espaço global, pois segundo BECKER (1990:73), a “fronteira é um espaço em incorporação ao espaço global, que é o espaço urbanizado, e sua incorporação se efetua através do núcleo urbano, condição chave da ordenação do espaço territorial e social.”

Dessa forma, sendo a urbanização um modo de integração econômica, política e social, para BECKER (1990:21), “a expansão da fronteira efetua-se num contexto urbano, condição de organização do mercado de trabalho e de ocupação territorial”.

Diante dessas circunstâncias, como, as fronteiras, da região Norte do Brasil, despertaram interesses nacionais e internacionais, mais precisamente a partir da década de 60, baseado na doutrina de segurança nacional e com o objetivo básico de implementar um projeto de modernização para o país, o “Estado Brasileiro” passou a viabilizar a expansão e ocupação econômica da fronteira amazônica, como forma de criar condições para a reprodução do capital. Nesse processo, encontra-se a formação de unidades de produção e consumo, baseados na urbanização.

Nesse processo, a transferência da capital do País para o Planalto Central em 1960, período em que se iniciou a interiorização do desenvolvimento nacional, assim como a construção das rodovias Belém-Brasília, Brasília-Acre e mais recentemente, da rodovia BR-174, foram iniciativas que aproximaram o Brasil de seus vizinhos ao Norte, entre os quais a Venezuela e a Guiana.

As relações entre esses países se efetivaram através de acordos e parcerias, entre estas plagas estrategicamente localizadas próximas umas das outras. Alguns acordos foram firmados a partir de necessidades individuais ou coletivas ao longo da história desses lugares. Algumas se renovaram ou seguiram novas estratégias políticas, tais como a criação de blocos econômicos regionais ou continentais, que são iniciativas que acenam para a formulação de novas parcerias entre as nações.

A Venezuela interessou-se pelo Sul do seu território, inaugurando em 1961 a moderna cidade de Puerto Ordaz e a hidrelétrica de Guri, no rio Caroní, além da criação do Parque *Canaima*, no município da *Gran Sabana (Santa Elena do Uarén)*, estado de Bolívar, que valorizou a área para a prática do turismo nacional e internacional, próximo a Roraima.

Também em 1973, com a inauguração da *carretera panamericana* que interliga o norte venezuelano ao Brasil, as relações comerciais se intensificaram inclusive porque, com a pavimentação da BR – 174, concluída em 1997, ligando Manaus e Boa Vista à fronteira com a Venezuela, esses países se conectaram. Cruzando o parque *Canaima*, assim como as cidades de Santa Elena de Uairen, Puerto Ordaz, Ciudad Bolívar até o litoral, seja em direção a Puerto La Cruz ou Caracas, o deslocamento de brasileiros e venezuelanos intensificou-se, possibilitando a importação e a exportação de mercadorias entre os dois países, inclusive do Pólo Industrial de Manaus.

Empresas de ônibus ligam as cidades de Manaus e de Boa Vista com a Venezuela com frequência diária e, dependendo do período do ano, é possível deslocar-se ao litoral caribenho.

Esse trânsito entre as cidades de Manaus e Boa Vista para a Venezuela era dificultado pela precariedade da estrada, o que impossibilitava as parcerias, embora não prejudicasse algumas práticas ilegais, como o comércio de gasolina que, devido ao seu baixo preço na Venezuela, inferior ao praticado no Brasil, intensificava e intensifica a entrada e saída de brasileiros naquele país, onde abastecem seus veículos, além de usarem outros recipientes para traficar tal combustível para Roraima.

Dessa forma, percebendo a integração da região, concordamos com MAZZEI (1999: 15), quando afirma que “(...) a rede de transporte é, ao mesmo tempo, um grande desafio e uma condição *sine qua non* de desenvolvimento, cooperação e integração da região”.

MAZZEI (1999: 16) ainda destaca “a necessidade de se pensar e planejar uma rede de transportes no contexto amazônico de caráter intermodal, isto é, que explore as diversas modalidades – hidrovias, rodovias, ferrovias, aeroportos (...)”.

Entre Roraima e Venezuela havia um voo regular que foi cancelado devido a pouca demanda, causada pelos altos preços praticados, mas, para a Guiana e Suriname, é possível se deslocar através de uma companhia regional com frequência de dois voos semanais entre Boa Vista, Georgetown e Paramaribo.

Entre as parcerias e acordos ressaltados, merece destaque o abastecimento de energia elétrica da cidade de Boa Vista e de toda a sua hinterlândia a partir da hidrelétrica de Guri, na Venezuela, que substituiu o antigo abastecimento pelas usinas termoelétricas sucateadas, que freqüentemente deixavam os roraimenses às escuras e dificultava o comércio, os serviços, a indústria e a administração pública local.

As relações entre o Brasil e a Guiana igualmente se intensificam. A Guiana, que se voltou por muito tempo para o litoral, principalmente para o entorno de sua capital Georgetown, modifica sua política regional.

A ocupação desse país foi sempre dirigida para a costa, com uma rede de contatos comerciais para exportação de produtos primários, como o açúcar. O que mais impressionava demograficamente na Guiana, na década de 50, era a extraordinária concentração de 90% de sua população na região litorânea, sendo esse padrão basicamente o mesmo atualmente (BARROS, 1995:165).

De acordo com BARROS (1995:176), “[c]riou-se assim um mito de impenetrabilidade do interior, tornando as pessoas atemorizadas acerca das áreas que eram afastadas do litoral, ou melhor, afastadas das plantações e vilas”.

Sendo assim, a integração territorial entre a Guiana e o Brasil, através de Roraima, tem início com a construção da rodovia que liga Georgetown a Lethen e ao município de Bonfim, no lado brasileiro. Entre a capital da Guiana e a cidade de Lethen, o percurso ainda é realizado em precárias condições, pois as estradas não são pavimentadas. Pelo lado brasileiro, a pavimentação da BR-401, que interliga Boa Vista a Bonfim, como também a construção das pontes sobre os rios Tacutu e Arraia, estão em fase de conclusão e concretizarão o trânsito de brasileiros e guianenses, aumentando as relações na faixa de fronteira. Esse é um dos projetos de estreitamento das relações bilaterais entre o Brasil e a Guiana.

Existe ainda um projeto para a interligação, a partir dessa rodovia, de Roraima com o Amapá, que, após a República Cooperativista da Guiana, cruzaria o Suriname e a Guiana Francesa, dirigindo-se até a cidade de Macapá.

Esse projeto rodoviário concebido pelo Governo brasileiro, objetivando integrar a região Norte do Brasil, tem um trajeto que parte de Manaus, cruzando Boa Vista, Georgetown, Paramaribo e Caiena, chegando a Macapá no Amapá e, posteriormente, através de barco à cidade de Belém no Pará, está inserido no plano de integração nacional e internacional denominado Arco Norte, de acordo com a proposta de inserção econômica de Roraima na Amazônia Legal.

Da mesma forma, a importância da integração rodoviária com a Guiana, baseia-se no fato desse país constituir-se uma saída natural para a produção roraimense, que poderá ser escoada através do porto de Georgetown, pois o estado de Roraima começa a figurar no mapa

do *agrobusiness* nacional e mundial sob o impulso da soja, cultura nova no estado e muito promissora para a região do extremo norte brasileiro.

De acordo com o Governo do Estado de Roraima (2006), não faltam mercados para a produção agropecuária de Roraima. Manaus representa um mercado de dois milhões de habitantes e, além disso, temos um mercado de 25 milhões de pessoas na Venezuela. As Guianas e o Suriname representam outros cinco milhões de consumidores. Da mesma forma, a produção de milho, feijão e a piscicultura consolidarão novas parcerias.

#### 4. Considerações Finais

Dentro dessa realidade, a posição geográfica de Roraima é importante, uma vez que confina com terras da Venezuela e Guiana, localizado totalmente na faixa oficial de fronteira internacional do Brasil. Roraima é definido como o portão de entrada para quem se desloca da América Central e do Norte para o Brasil e como o portão de saída do Brasil para a região do Caribe.

Existem atualmente acordos de transporte de cargas e passageiros entre o Brasil, Venezuela e Guiana, que tramitam na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara Federal do Brasil. Além de outros acordos, principalmente de empreendimentos agrícolas, construção do terminal aduaneiro de Pacaraima, revisão de acordos de turismo e de comercialização de combustíveis particularmente com a Venezuela.

Participando da formalização dessa fronteira, destacam-se o Projeto SIPAM – Serviço de Proteção da Amazônia e o PCN - Projeto Calha Norte que, conforme FERNANDES NETO (2003: 01 e 02), são iniciativas do governo federal brasileiro para estimular uma maior articulação com os países vizinhos. Sendo o Projeto Calha Norte, conforme FREITAS (1991:123), de ordem estratégica, por intensificar a presença brasileira na fronteira e privilegiar sua ocupação sob o prisma de segurança nacional.

Uma curiosidade é a de que a fronteira tríplice é marcada pela existência da savana como uma espécie de vegetação além floresta, sendo assim, alguns projetos estão sendo firmados, para incentivar uma maior integração tecnológica e do agronegócio nas savanas tropicais do norte da América do Sul. Atualmente, discutem-se políticas e tecnologias diferenciadas para essa parte da região amazônica, coberta por savanas, lavrados ou *llanuras* e não por florestas.

A Venezuela possui 24 milhões de hectares de áreas cobertas por esse tipo de vegetação, a Guiana tem dois milhões de hectares e o estado de Roraima no Brasil, 3,6 milhões de hectares. Em conjunto, esses países podem desenvolver projetos para a área, pois, por ser um ecossistema ácido e de baixa fertilidade natural, serve excelentemente à agroindústria mecanizada, pois a área é formada basicamente por terrenos planos.

Alguns projetos afirmam que, numa área de aproximadamente oito milhões de hectares de campos naturais divididos entre Roraima, Venezuela e Guiana, pode se constituir numa cornucópia<sup>3</sup> que abastecerá, além desses mercados, os de outros continentes.

Então, devido aos campos gerais ou lavrados, Roraima vem sendo inserido no segmento da produção de soja e, por estar à frente no domínio de tecnologias para exploração do “lavrado”, esse estado, poderia disseminar nos países vizinhos sua base científica e seus projetos em ecossistemas semelhantes, que estão sendo desenvolvidos na EMBRAPA de Boa Vista e de outras regiões do Brasil.

---

<sup>3</sup> Para FERREIRA, (1999), Cornucópia – Corno mitológico, atributo da abundância, e símbolo da agricultura e do comércio.

Assim, os projetos do Governo Federal brasileiro, objetivando a integração entre os países vizinhos da América do Sul, se consolidam e o Brasil, Venezuela e Guiana se tornam parceiros estratégicos pela localização geográfica, levando a considerar Roraima a conexão desta integração. Essa efetivação reforma o antigo cenário, citado neste trabalho, de que esses territórios estavam de costas um para o outro; agora eles marcam a realização efetiva da integração entre os três países.

Por isso, eles estão aptos para trocar tecnologias, realizar intercâmbio de conhecimentos e experiências para o desenvolvimento da infra-estrutura, levando em consideração a necessidade de aumentar a renda do produtor e manter a qualidade do meio ambiente.

Dessa forma, a localização estratégica do estado de Roraima vem se solidificando diante dos mercados importadores da Venezuela, como também dos Estados Unidos e Europa, que se viabilizaram com o asfaltamento da BR-174 e com outras iniciativas. Em função disso, Roraima entra no mercado competitivo.

Nessa configuração, MAZZEI (1999:15) assegura que

O espaço amazônico representa uma importante área de contactos entre as diversas realidades sul-americanas nos campos político, econômico, social, cultural e ambiental, podendo se constituir numa grande “zona de articulação e integração” por meio das integrações físicas e com a criação e o fortalecimento de fluxos que permitam a construção de um cenário de “ ‘mesa de bilhar’”, com novos canais de fluxos intra-continentais que poderiam ser postas em movimento num futuro próximo.

Os projetos de estreitar laços entre as populações fronteiriças também estão em andamento com vários intercâmbios firmados na área de educação, quando professores poderão trocar experiências e, na área de segurança, acordos para combater o narcotráfico e a prostituição infantil.

No setor comercial, a Venezuela é um comprador em potencial de produtos roraimenses e esse País pode se tornar um grande abastecedor de Roraima, o que barateará os preços de alguns produtos comercializados nesse estado.

Nessa fronteira, cidades como Bonfim, Normandia, Uiramutã e Pacaraima, em Roraima, caracterizam-se como fronteiriças na tríplice fronteira Brasil, Guiana e Venezuela, próximas de cidade como Lethen e Santa Elena de Uairen.

Por exemplo, Pacaraima e Santa Elena do Uairen (Brasil e Venezuela), Bonfim e Lethem (Brasil e Guiana), são consideradas cidades gêmeas do extremo norte, estando as primeiras duas distantes entre si cerca de 15 Km e o outro conjunto cerca de 04 quilômetros.

Santa Elena, como é simplesmente conhecida nessa fronteira, é sede do município da Gran Savana, situado no estado Bolívar, estando quase exclusivamente dependente do fluxo de turistas, que se deslocam para o Parque Canaima, além de ser um pequeno centro comercial de ouro e diamantes e sediar um *Puerto Libre*. Essa cidade abriga um consulado brasileiro, e a guarda nacional venezuelana, formalizando a fronteira burocrática daquele país, nessa cidade.

Pacaraima, município que se localiza nessa fronteira com a Venezuela, sedia o Pelotão Militar de Fronteira, sendo um dos municípios-símbolo da fronteira setentrional brasileira. Com o fluxo nessa área, se desenvolveu próximo a fronteira, as margens da rodovia, um



comércio de alimentos, artesanatos entre outras mercadorias, disponível para os que irão ultrapassar a “barreira”.

Bonfim e Lethem estão divididas pelo rio Tacutu, tendo uma interação que se reflete nas relações comerciais de bens de primeira necessidade. A cidade de Lethem tem uma população estimada em 2.600 habitantes, sendo a maior cidade do sul da Guiana, tendo sido um posto de fronteira nos extremos da colônia britânica na América do Sul e Bonfim, desde 1960, quando se instalou o Primeiro Pelotão Especial de Fronteira, mantêm um processo de guarda na fronteira internacional.

## 5. Referências Bibliográficas

BARROS, Nilson Cortez Crocia de. *Roraima paisagens e tempo na Amazônia setentrional*. Recife: Ed. Universidade Federal de Pernambuco, 1995.

BECKER, Berta K. *Fronteira Amazônica, questões sobre a gestão do território*. Brasília, Editora da UNB, 1990.

COSTA, Wanderley Messias da. *Geografia Política e Geopolítica discursos sobre o território e o poder*. São Paulo: Editora Hucitec e Editora da Universidade de São Paulo, 1992.

\_\_\_\_\_. *O Estado e as políticas territoriais no Brasil*. 10ª ed. São Paulo: Contexto, 2001.

FARRET, Ricardo. Especificidades das áreas urbanas de fronteiras. In CASTELLO, Iara Regina et ali (Orgs.). *Fronteiras na América Latina: espaços em transformação*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS/Fundação de Economia e Estatística, 1997. p. 107-113.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Aurélio Século XXI: o dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

FERNANDES NETO, P. *Caracterização Geográfica da Faixa de Fronteira Continental Norte do Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ, Instituto de Geociências, 2003.

FREITAS, Aimberê. *Fronteira Brasil/Venezuela: encontros e desencontros*. São Paulo: Corprint Gráfica e Editora, 1998.

\_\_\_\_\_. *Políticas Públicas e Administrativas de Territórios Federais Brasileiros*. Boa Vista: Editora Boa Vista, 1991.

GOVERNO DO ESTADO DE RORAIMA. *Indicadores Econômicos de Crescimento e Desenvolvimento do estado de Roraima*. Seplan: Boa Vista, 2006.

MAZZEI, Valdir. *Amazônia sul-americana: um novo espaço de integração*. São Paulo, FFLCH, USP, 1999. (Dissertação de Mestrado).

MÉLO, José Luiz Bica de. Reflexões Conceituais sobre fronteira in CASTELLO, Iara Regina et ali (Orgs.). *Fronteiras na América Latina: espaços em transformação*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS/Fundação de Economia e Estatística, 1997. pp. 68-74.

OLIVEIRA, José Aldemir de. Trilhas e Atalhos: as cidades amazônicas no final do século XX. In: ALVES, Claudia Lima Esteves (Org.). *Formação do Espaço Amazônico e Relações Fronteiriças*. Curso de Especialização em Relações Fronteiriças da UFRR. Boa Vista, 1998.